



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
REITORIA - DIRAV - Comissão Própria de Avaliação

ATA DA 128ª REUNIÃO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA)

REUNIÃO Nº 03/2022 - ORDINÁRIA

Às quatorze horas do dia dezessete de fevereiro de dois mil e vinte e dois, por meio do aplicativo Google Meet, realizou-se remotamente a centésima vigésima oitava reunião da Comissão Própria de Avaliação (CPA), reunião 03/2022, em caráter ordinário, com a presença dos seguintes membros: os representantes do corpo técnico- administrativo em educação: Gevã Schaefer Pereira Martins e Sônia Maria Ferreira Azalim (presidente); os representantes do corpo docente: Alexandre Haruiti Anzai, Flávio de Souza Coelho, Laura Hora Rios Leite e Pâmela Souza Almeida Silva Gerheim; os representantes da administração universitária: Leonardo Golliat da Fonseca e Michèle Cristina Resende Farage; o representante da sociedade civil: Sílvio Rogério Fernandes. Para registro, foram justificadas as ausências dos membros Simone Cristine Araújo Lopes, Maria Angélica Arantes de Aguiar Abreu e Cláudia Rodrigues Castro.

ORDEM DO DIA I.1 Informes. A Presidente iniciou a reunião recordando que no penúltimo encontro a profª Pâmela havia entrado em contato com a Comissão responsável pela gestão de dados pessoais, mas não havia obtido resposta. No entanto, no dia 9 de janeiro a Comissão respondeu que, quanto às regras para o tratamento de dados pessoais de estudantes menores de idade, em observância à lei 3709/2018, é necessário haver consentimento específico de pelo menos um dos pais ou responsável legal. A Presidente anunciou que a profª Ana Maria Bastos Firmino transferiu-se para o IF do *Campus* Pouso Alegre e que o prof. Flávio Coelho pediu desligamento da CPA.

I.2 Aprovação das atas das reuniões dos dias 22 de outubro de 2021; 19 e 29 de novembro de 2021; 20 de dezembro 2021; 14 e 24 de janeiro de 2022 - Colocadas em votação, uma a uma, as atas foram aprovadas por unanimidade.

I.3 Homologação do ad referendum da reunião ordinária do dia 14 de janeiro de 2022. A Presidente indicou que precisavam homologar o ad referendum feito pelo Vice-Presidente sobre a proposta de adiamento da aplicação do instrumento para os estudantes do Colégio de Aplicação João XXIII. Colocada em votação, apenas um membro se absteve e foi referendada a aprovação. A Presidente ressaltou que a proposta do cronograma foi realizada no dia 14 de janeiro, mas que na reunião do dia 24 de janeiro houve uma alteração sugerida pela profª Michèle. Colocado em votação, o novo cronograma foi aprovado por unanimidade.

I.4 RAAI 2021. A Presidente recordou que o Vice-Presidente inseriu uma planilha no Drive com os eixos e atividades a serem desenvolvidas, a fim de que os membros se inscrevessem nas equipes. Até então, as equipes estavam distribuídas da seguinte maneira: Eixo 1- profª Cláudia e profª Michèle; Eixo 2- TAEs Fernanda e Sônia e prof. Fernando; Eixo 3- sem inscritos; Eixo 4- TAE Gevã; Eixo 5- prof. Alexandre e representante da sociedade civil Sílvio; Relatório da pesquisa de autoavaliação feita junto à comunidade acadêmica – professores Laura, Leonardo e Pâmela; Compilação das versões e revisão- TAEs Fernanda e Sônia; Formatação – professores Alexandre e Michèle. A Presidente perguntou à profª Laura se ela poderia assumir o Eixo 3 e explicou que, como a base do documento já está pronta, os membros precisariam apenas atualizar as informações dos setores. A profª Laura aceitou, acumulando a atualização do Eixo 3 e a análise dos dados da pesquisa. A Presidente perguntou à profª Michèle se as metas do PDI tiveram seu prazo de vigência ampliado assim como o PDI teve, e se precisariam realizar a confrontação do PDI com o RAAI tal como no ano passado. A profª Michèle esclareceu que no ano passado foi feito o relatório integral e esse ano seria somente o parcial, então não há obrigatoriedade de realizar essa ação. A Presidente perguntou se haveria prazos para os membros de cada equipe entregarem suas respectivas tarefas. A profª Michèle afirmou que seria preciso ter pelo menos uma semana de prazo para fazer a formatação do documento. A Presidente sugeriu rever o cronograma e, após análise e discussão, ficaram acertados os seguintes prazos: (i) 11 de março – envio das tarefas; (ii) de 12 a 27 de março – compilação e revisão; (iii) 30 de março - aprovação; (ii) 31 de março - envio para o PI.

A profª Michèle sugeriu que a revisão fosse feita conforme os membros forem enviando as versões finais. A Presidente concordou que a revisão poderia ser feita simultaneamente à compilação e redação e ficou acertado, ainda, que as versões revisadas seriam enviadas para formatação na medida em que ficassem prontas. A Presidente pediu para que os membros respeitassem os prazos, haja vista que uma atividade depende da outra. A Presidente perguntou se o Vice-Presidente inseriu a Cartilha no site. O Vice-Presidente afirmou que iria enviar para a bolsista Luísa de Paula Ribeiro o arquivo, para que esta fizesse a publicação na página da CPA. A Presidente perguntou à profª Pâmela como seria feita a inserção dos dados de pesquisa no Eixo 4, que estava sob responsabilidade do TAE Gevã. A profª Pâmela afirmou que a inserção dos dados no eixo será simples e manifestou seu desejo de mostrar os resultados preliminares da equipe e os gráficos feitos pelo prof. Leonardo. Ao todo foram 1.922 respondentes (6,2% do universo), dos quais 5,2% foram estudantes e 15,4% foram servidores. A profª Pâmela comunicou que seria preciso tomar uma decisão sobre a forma de apresentação dos dados, porque se fossem separados por segmentos (graduação, pós-graduação, TAE e docente) não atingiriam o número mínimo de respondentes; assim, sugeriu que mantivessem somente em blocos de estudantes e servidores. A profª Michèle perguntou como foi calculado o número mínimo da amostra. A profª Pâmela explicou que foi por meio de um programa de cálculo amostral, que levava em conta o universo da amostra, seu grau de confiança e sua margem de erro. A profª Michèle perguntou se, caso o número mínimo não fosse atingido, a pesquisa não teria resultados significativos. A profª Pâmela justificou que os dados seriam válidos, mas que não poderiam ser generalizados para a população inteira - por isso, seria interessante manter o agrupamento de servidores e estudantes. O Vice-Presidente perguntou se teria como o grau de confiança ser menor e a margem de erro ser maior. A profª Pâmela confirmou que nesse caso o número mínimo seria atingido. O representante da sociedade civil Sílvio perguntou se seria possível não enquadrar os servidores terceirizados. A profª Pâmela informou que eles não fizeram parte da amostra. O representante da sociedade civil Sílvio perguntou se existiria, então, a possibilidade de diminuir o grau de confiança sem comprometer o relatório. A profª Pâmela explicou que, quando os parâmetros são alterados, iria se alterar também a interpretação dos dados pelo leitor. O prof. Leonardo refletiu que, como a pesquisa é de livre participação, seria difícil exigir um grau de 95% de confiabilidade e que o relatório poderia ressaltar que devido à baixa participação o intervalo de confiança foi menor; também sugeriu fazer duas análises: uma que atenda ao critério de 95% e outra estratificada. A profª Pâmela achou interessante e destacou a importância de separar por segmentos. A fim de esclarecer melhor a problemática, a profª Pâmela explicou que o tamanho amostral mínimo para docente era 316 (atingiram 312), para servidor era 306 (atingiram 192), para estudantes era 378 (atingiram 276), para pós-graduandos era 356 (atingiram 142); já em blocos, o tamanho amostral mínimo era de 309 para estudantes e 344 para servidores. A profª Pâmela sugeriu que algumas análises fossem feitas por blocos e outras por segmentos, deixando clara a margem de erro. A profª Michèle não entendeu a sugestão. A profª Pâmela explicou que poderiam apresentar os dados de forma diferente na análise de determinadas dimensões. O prof. Leonardo refletiu que deveriam apresentar os intervalos de confiança como uma conclusão de que a participação está baixa e que isso independe da CPA. O representante da sociedade civil Sílvio concordou que o relatório deveria refletir a situação da universidade e que informar sobre a baixa participação serviria de alerta para os gestores. O prof. Leonardo completou dizendo que precisavam utilizar o peso do relatório para cobrar divulgação e participação. A profª Pâmela relatou que, ao ler o relatório da UFV, observou que a participação também foi baixa, a que atribuíram o ensino remoto e a pandemia. A profª Michèle acrescentou que essa foi a primeira iniciativa da CPA em envolver todos os membros da comunidade acadêmica e achou importante manter as respostas por segmento para chamar atenção ao trabalho de sensibilização. A profª Pâmela apresentou uma forma diferente de apresentação dos dados do relatório, que seria através do indicador NPS. Tal indicador leva em consideração o percentual de respostas promotoras (concordo ou concordo totalmente) menos o percentual de detratores (discordo ou discordo totalmente) e, em uma escala de - 100 a + 100%, o que permitiria a comparação e criaria um indicador. O representante da sociedade civil Sílvio considerou interessante essa sugestão. O prof. Leonardo perguntou como seria feita a leitura. A profª Pâmela explicou que quanto mais próximo de 100 (representado pela cor verde), maior seria o nível de satisfação. O prof. Leonardo perguntou se, na cor vermelha, teria que haver uma atuação mais imediata. A profª Pâmela confirmou, haja vista que quanto mais próximo do vermelho maior a percepção negativa sobre determinado quesito. O representante da sociedade civil Sílvio concordou que quanto mais negativo, maior a urgência em resolver a questão para aumentar a avaliação positiva. O prof. Leonardo

informou que seria possível gerar automaticamente uma tabela com esses dados. O Vice-Presidente perguntou como entraria o peso do número de respondentes e pontuação no indicador caso haja muitas respostas com valor 0 e poucas com negativo e positivo, no NPS. A profª Pâmela explicou que seriam excluídas da análise pessoas que não concordam nem discordam e aquelas que não sabem responder ou não se aplicam, só iriam considerar respostas positivas e negativas. O Vice-Presidente sugeriu apresentar em gráfico também para não perder a avaliação dessas respostas. A profª Pâmela reforçou que existem várias formas de interpretação e análise. O prof. Leonardo afirmou que, como são muitos dados, seria preciso processar melhor a informação ou a apresentação; assim, sugeriu duas alternativas: criar um ambiente com menus flutuantes onde quem acessar pode escolher o que analisar e toda informação ficaria disponível, ou colocar a informação já consolidada para o relatório. O prof. Leonardo destacou que a Comissão deveria pensar em uma alternativa para executar todos os anos. A profª Pâmela considerou que seria útil disponibilizar uma forma que as pessoas cruzassem a informação como preferissem, conforme sua própria demanda e enfatizou que era interessante dar uma devolutiva, pois cultura de avaliação só se forma quando cada um enxerga a avaliação como uma ferramenta de melhoria. O prof. Leonardo alertou que iria demorar para colocar os dados disponíveis na web para serem acessados. Sobre esse assunto, a profª Pâmela comentou que, ao se informar sobre as análises do perfil étnico-racial dos estudantes de pós-graduação, feitas pela Propp, soube que foram conduzidas por um técnico na Pró-Reitoria responsável por cruzar os dados e consolidá-los. **II. Assuntos gerais.** A Presidente informou que a aprovação do calendário de reuniões de 2022 seria feita por meio de consulta. Não havendo nada mais a tratar, a Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. Eu, Luísa de Paula Ribeiro, redigi esta ata, que é assinada por mim, pela Presidente e pelo Vice-Presidente. Juiz de Fora, 7 de março de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Sônia Maria Ferreira Azalim, Presidente**, em 31/03/2022, às 10:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Haruiti Anzai, Professor(a)**, em 31/03/2022, às 11:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luísa de Paula Ribeiro, Usuário Externo**, em 31/03/2022, às 13:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Uffj (www2.uffj.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **0728818** e o código CRC **17D13AAC**.